

Anticomunismo, Guerra Fria e a América Latina: o caso da Nicarágua

Pedro Ernesto Fagundes¹

Resumo

Esse artigo pretende verificar como efetivamente durante a Guerra Fria os Estados Unidos utilizaram o discurso político e as intervenções armadas nos países da América Latina, especialmente, na Nicarágua como estratégia de contenção das teses comunistas. Esse país da América Central serve para demonstrar como na prática o anticomunismo norteou as relações externas do governo americano com os outros países do continente.

Palavras-chave: Anticomunismo, América Latina, Nicarágua.

Anti communism, Cold War and Latin America: the case of Nicaragua.

Abstract

This article aims to verify how effectively during the Cold War the U.S. used the political discourse and armed interventions in Latin America, especially in Nicaragua as a strategy of containment of Communist ideas. This Central American country serves to demonstrate how in practice the anti communism guided external relations of the U.S. government with other countries of the continent.

Keywords: anti communism, Latin America, Nicaragua, History of America.

¹ Doutor em História Social (UFRJ) e professor de história da América do Centro Universitário São Camilo – ES.

1. Dimensões do anticomunismo:

Recentemente um cartaz com a imagem de Barak Obama sugeria que o primeiro presidente negro dos Estados Unidos seria socialista. Isso porque, indo de encontro ao princípio do liberalismo, para salvar alguns setores da economia mais afetados pela crise, o atual presidente dos Estados Unidos (EUA) vem desenvolvendo uma política econômica marcado pelo maior intervencionismo do Estado no mercado.

No passado, outro presidente Norte Americano – Franklin D. Roosevelt– foi acusado do mesmo "crime", por conta de sua política de recuperação da economia conhecida como *New Deal*. Ao longo do século XX os mais diversos atores políticos no mais diferentes cenários foram acusados pelos seus inimigos de serem simpatizantes das idéias comunistas.



Obama Socialista?

O cartaz é uma mostra que o anticomunismo continua enraizado na sociedade norte-americana. Durante metade do século XX, a força do argumento anticomunista estava na defesa e divulgação da tese que, nos mais diferentes e distantes países, uma sombra ameaçava a civilização ocidental.

Em nosso continente, a revolução cubana (1959) serviu para soar o alarme: o perigo agora rondava nossas fronteiras. No Brasil o ex-presidente João Goulart (1961-1964), teria representado durante a década de 1960 – no discurso dos seus opositores – o exemplo da ameaça concreta que estaria na eminência

de transformar o Brasil em mais um aliado da União Soviética.

Os casos relatados são apenas um exemplo da histeria anticomunista que atingiu todas as regiões do planeta. Essas manifestações colocam o anticomunismo entre as mais importantes culturas políticas da sociedade contemporânea. Sem distinção de continente, de religião ou de idioma uma das formas mais freqüentes de desqualificar um adversário político – vide cartaz anti-Obama – seria insinuar sua simpatia pelas idéias comunistas.

Nesse trabalho pretendemos verificar como efetivamente durante a Guerra Fria os Estados Unidos utilizaram o discurso político e as intervenções armadas nos países da América Latina, especialmente, na Nicarágua como estratégia de combate das teses comunistas. Esse país da América Central serve para demonstrar como na prática o anticomunismo norteou as relações externas do governo americano com os outros países do continente. Da “Aliança para o progresso”, passando pela “Doutrina Mann” até o financiamento do governo Reagan aos “contra”, a Nicarágua é um típico exemplo de como o discurso anticomunista dos EUA foi empregado durante a Guerra Fria.

Esse discurso foi construído e articulado pelo governo dos EUA como uma das estratégias para impor barreiras ao avanço dos regimes pró-União Soviética. A partir do início da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a comandar e coordenar uma campanha de dimensões planetárias no sentido de impedir o surgimento de regimes, governos e movimentos identificados com o ideário comunista. Esse combate aconteceu em dois tipos de terreno: no campo das idéias e na intervenção militar direta. A seguir apresentaremos como o discurso anticomunista foi articulado internacionalmente.

2. O discurso político anticomunista:

Nessa verdadeira “cruzada”, uma das ferramentas mais utilizadas foi o discurso

de caráter anticomunista que indistintamente foi direcionado para unificar as barreiras contra as “hordas de Moscou”. Evidentemente que, como assinala FAIRCLOUGH (1994), o discurso não seria apenas uma simples atividade individual.

Para esse autor o discurso representaria a utilização da linguagem como forma de prática social, assim nenhum discurso seria neutro. Os discursos estariam ainda intimamente ligados com cada um dos grupos sociais presentes e representados na estrutura social. Nesse sentido, em cada contexto o discurso assume múltiplas implicações.

Por exemplo, em determinadas conjunturas o discurso pode assumir um viés mais específico ou geral, ou seja, em determinados ambientes e épocas ele pode assumir um caráter mais econômico, cultural, ideológico ou político. Todos os discursos políticos teriam como finalidade estabelecer, transformar e manter as relações de poder no interior das entidades coletivas, tais como: classes, blocos, comunidades e grupos.

A prática social seria uma dimensão do evento discursivo semelhante ao papel desempenhado pelo texto. Por outro lado, o discurso também pode ser uma importante arma para ser empregada contra os inimigos para omitir, distorcer ou radicalizar uma interpretação em relação a esses adversários. Dessa forma, essa prática pode contribuir para ampliar e aumentar os antagonismos através da reprodução de noções, concepções e percepções que foram criadas para justificar os ataques aos oponentes.

No campo da construção das linguagens e idiomas políticos, uma importante contribuição é a de POCOCK (2003). O autor observa que, para os historiadores cada texto seria um artefato arqueológico no sentido de conter um conjunto de fontes que podem ser usadas para compreender e identificar as propostas e idéias das forças políticas que se articulam no interior da sociedade.

O historiador da linguagem política descobrirá que a linguagem tem uma política própria (...) Entre os idiomas que emergem do texto, o historiador constatou que alguns são linguagens de corporações profissionais, articulando as práticas que as tornaram poderosas e que dotaram seu discurso de autoridade na sociedade – e o tornaram passível de ser imposto sobre outros. (POCOCK, pg. 69, 2003).

Na esfera política, a construção do discurso político segue a mesma direção, ou seja, determinados atores políticos criam novas linguagens, ou recriam antigas, na expectativa de difundirem seus discursos específicos com a intenção de transformá-las em linguagens correntes entre outros setores. Nesse sentido, a linguagem política elaborada por uma determinada camada social acaba sendo adotada por outras parcelas da população.

a difusão de uma linguagem por todo um campo de discurso em constante ampliação e mudança, até atingir o ponto em que se pode dizer que tal linguagem não é meramente o idioma partilhado por uma série de debatedores, mas um recurso difundido e disponível, a ponto de ser conhecido de e poder entrar no discurso de pessoas envolvidas em discussões que não as pessoas para as quais ela fora originalmente criada. (POCOCK, pg. 80, 2003).

O que o autor procura demarcar é que o discurso político, elaborado por um grupo ou força política, pode permear toda a sociedade e acabar influenciando múltiplas camadas da população. Assim, se a linguagem é moldada em relação a cada conjuntura, o primeiro passo para a análise de qualquer discurso é conhecer a realidade histórica em que ela foi efetivamente elaborada e empregada.

Pode-se dizer que o anticomunismo foi um movimento que surgiu em nível internacional, sobretudo depois da Revolução Russa. O temor do conjunto dos setores dirigentes, de modo geral, teve como ponto de partida os acontecimentos de 1917. A partir dessa data a preocupação passou a centrar-se na tarefa de impedir que as teses dos comunistas fossem espalhadas

por outras regiões. Afastar as propostas dos vermelhos do imaginário dos trabalhadores e da população em geral passou a ser a missão principal de inúmeros setores da sociedade.

Durante o período da Guerra Fria, vigorava a propaganda de que o inimigo maior do povo brasileiro seria o Comunismo representado pelo perigo vermelho que, de maneira sorrateira e covarde, conspirariam contra o conjunto da população. Até mesmo os comunistas dos países ocidentais eram vistos como espiões infiltrados para destruir a nação.

Assim, os Estados Unidos utilizaram os mais diversos instrumentos para conquistar e convencer a opinião pública interna e externa da eminência de uma onda comunista que ameaçaria a sociedade ocidental. Nessa tarefa os meios de comunicação e o cinema assumiram um papel fundamental.

Parte das produções cinematográficas serviu para apresentar a leitura dos comunistas como inimigos externos da democracia. O cinema tornou mais compreensível a linguagem política para amplas camadas da população. Filmes produzidos em Hollywood, invariavelmente, apresentavam os “russos” como os vilões do planeta.

Esse discurso político contribuiu criar uma verdadeira mitologia política em relação a URSS. Os comunistas passaram a ser apresentados como inimigos externos aos países “civilizados”. O medo do desconhecido serviu para alimentar um conjunto de mitologias políticas, entre elas: o mito da conspiração, do complô organizado por inimigos que tramam secretamente destruir a sociedade. As forças inimigas viveriam na espreita para atacar de maneira covarde e traiçoeira. Assim, segundo GIRARDET (1997), a reprodução de tais mitos tem a função primordial de legitimar determinadas práticas políticas.

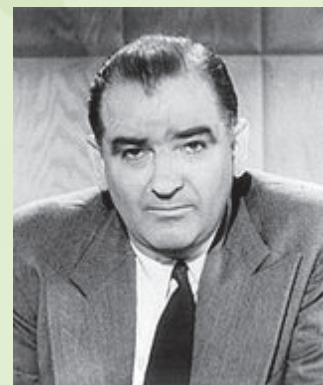
Ainda entre as estratégias empregadas para refutar e contrapor as propostas comunistas, segundo DUTRA (1997), assumiram destaque as que buscaram estabelecer uma dicotomia entre bem e mal, ou seja, o comunismo era apresentado com uma simbologia negativa e pejorativa. Expressões como fantasma, espectro e sombra eram constantemente associados aos termos relativos às ações dos comunistas.

A visão dos comunistas como adversários dos valores cristãos foi um dos pontos mais utilizados no rico universo que alimentava o imaginário anticomunista. Os comunistas eram associados a figuras demoníacas, satânicas e diabólicas. A própria URSS era retratada como um inferno na terra, lugar de pura devassidão e perturbação dos pilares fundamentais da família e da religião.

Em razão disso, caberia aos líderes dos países cristãos ocidentais o papel de comandar uma “cruzada” para derrotar os novos “anticristo”. Outro recurso frequentemente utilizado para negar a possibilidade de implantação do comunismo era apresentar os russos como seres completamente diferentes, exóticos e, portanto, estranhos à realidade do nosso país. Eles eram apresentados como bárbaros, vândalos, turcos e orientais.

O comunismo também foi acusado de perturbador da ordem e saúde política do “mundo livre”. Para atingir tais fins constantemente eram utilizadas metáforas para identificar essa teoria com moléstias ou doenças contagiosas. Os termos mais empregados eram: teoria malsã, praga, peste, doença, vírus, germes, foco, câncer, veneno, contágio, bacilo e infecção.

Durante esse período vigorava a propaganda de que o inimigo maior dos valores democráticos seria o comunismo representado pelo “perigo vermelho” que, de maneira



Senador Joseph McCarthy

sorrateira e covarde, conspiraria contra o conjunto da população. Até mesmo os comunistas dos países ocidentais eram vistos como espiões infiltrados para destruir a democracia liberal.

Contudo, o anticomunismo não ficou restrito ao discurso e foi efetivamente utilizado para justificar intervenções armadas em várias regiões.

Internamente, a preocupação em conter a influência do Partido Comunista nos EUA levou a uma verdadeira “caça as bruxas” durante a década de 1950.

O instrumento utilizado foi uma comissão do senado chefiada pelo obscuro senador Joseph McCarthy que investigou e, principalmente, levantou suspeitas sobre a lealdade de inúmeras pessoas aos “verdadeiros valores americanos”. Essa histeria anticomunista teve como saldo final a ruína da carreira de muitos intelectuais, funcionários públicos e artistas dos EUA, além disso, outros menos afortunados acabaram nas prisões. O Macartismo ainda foi o responsável pela execução do casal Julios e Ethel Rosenberg. (KARNAL, 2007).

Entretanto, a caça aos vermelhos não se restringiu a “faxina interna” promovida com o Macartismo. Isso porque, a política externa dos EUA na Europa passou a concentrar seus esforços para neutralizar a possível ampliação de governos pró-União Soviética. Efetivamente, a primeira ação nesse sentido foi a intervenção da política interna da Grécia no sentido de impedir que os comunistas (líderes da resistência) assumissem a direção do país.

No plano econômico, a manobra mais significativa de Washington foi a criação do Plano Marshall. A proposta cumpriria duas finalidades, a primeira seria evitar a falência e desestruturação das bases da economia do Velho continente. Em segundo lugar, criar regimes políticos baseados do liberalismo e, portanto, aliados aos Estados Unidos na luta contra os comunistas.

A preocupação dos americanos acabou sendo ampliada, principalmente, a partir do final da década de 1940, sobretudo, depois da Revolução Chinesa. O movimento revolucionário na China obrigou os EUA a estreitarem seus laços diplomáticos e econômicos com o Japão. Ainda na Ásia, a política externa norte-americana sofreu outra baixa com a confirmação do surgimento da Coreia do Norte. Dessa forma, os regimes chineses e coreanos transformaram o anticomunismo em uma “cruzada” de dimensões planetárias, inclusive, na América Latina.

3. A América Latina e a Guerra Fria.

Depois da Segunda Guerra, a política externa dos EUA foi orientada pela despreocupação em relação aos países da América Latina. Contudo, sem deixar de monitorar todos os governos da região, no sentido de frear possíveis regimes que promovessem reformas sociais ou mudanças na relação de subserviência aos americanos. (KARNAL, 2007).

Como exemplo dessa fase, podemos citar as intervenções na Guatemala durante o governo do presidente Jacobo Alberniz, em 1954, que viu seu projeto de reforma agrária ser utilizado como justificativa para mais um golpe de Estado naquele país. No plano econômico o governo de Dwight Eisenhower (1953-1961) limitou-se a manter alguns programas de ajuda financeira que haviam sido instituídos ainda durante o conflito mundial. O chamado “Programa de ajuda militar” representou um prolongamento das iniciativas que foram criadas na década de 1940. (FICO, 2008).

A chegada de John F. Kennedy (1961-1963) não trouxe mudanças substanciais da relação entre os americanos do norte e seus vizinhos latino-americanos. Contudo, essa posição sofreu uma brusca mudança depois do fracasso da tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 1961. Esse fato serviu para alertar os norte-americanos: a ameaça comunista estava já havia chegado ao seu “quintal”.

Contudo, esses episódios contribuíram para estreitar as relações entre o governo de Castro e a URSS, fato que tornou possível o acordo que previa a instalação



John F. Kennedy

de mísseis nucleares soviéticos na ilha. Em 1962, a chamada “Crise dos Mísseis” deixou o planeta a beira de um conflito nuclear entre as duas superpotências.

O definitivo alinhamento do governo de Havana com Moscou foi determinante para criar argumentos que justificaram a expulsão de Cuba da OEA. Posteriormente, foi aprovado um bloqueio mais amplo ao país caribenho que também visava atingir a economia cubana. Temendo que movimentos semelhantes acontecessem no continente, o governo dos EUA tomou iniciativas estabelecendo obstáculos as organizações comunistas na América Latina.

Nesse período foi resgatada a tese da defesa coletiva que havia sido elaborada durante a administração Eisenhower. Essa proposta estava centrada em duas frentes: a militar e a ajuda humanitária. No terreno militar foram estabelecidas dezenas de acordos entre as forças armadas norte-americanas e os países latinos que visavam aparelhar e treinar as forças de segurança da região para combater possíveis “novas Cubas”. (FICO, 2008)

Por outro lado, também foi estabelecida a chamada “Aliança para o progresso”, que pretendia ser o mais ambicioso projeto de colaboração dos Estados Unidos com a América Latina, desde o fim da Segunda Guerra. Lançada em março de 1961, esse projeto previa ações de incentivo ao desenvolvimento econômico na região. Outro ponto da “Aliança para o progresso” estabelecia a criação de mecanismos de intervenção humanitária, tais como a presença de “missionários” norte-americanos nas áreas mais carentes do continente. A idéia de Washington era dar maior ênfase nas ações sociais e colocar em segundo plano o caráter ideológico do acordo.

O trágico assassinato de Kennedy permitiu que seu vice, Lyndon B. Johnson (1963-1969), tomasse acento na Casa Branca. O governo Johnson deu segmento a “Aliança para o progresso”. Na contenção da ameaça comunista o governo Johnson teve papel decisivo nos golpes militares do Brasil e da República Dominicana. Durante esse período foi estabelecida a “Doutrina Mann”, que consistia em apoiar e oferecer ajuda econômica e militar a qualquer país, independente do regime político “desde que se mantivessem anticomunistas”. (FICO, 2008).

A “Doutrina Mann” continuou norteando as manobras norte-americanas durante a administração de Richard Nixon (1969-1974). Haja vista, que durante a década de 1970 foram realizados golpes militares no Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976), todos com o total apoio do governo norte-americano. O caso exemplar na campanha anticomunista dos EUA foi a participação decisiva na derrubada do socialista Salvador Allende da presidência do Chile.

4. Nicarágua e o anticomunismo:

Foi exatamente no período entre o lançamento da “Aliança para o progresso” e a implantação da “Doutrina Mann” que a luta política na Nicarágua entrou na fase mais radical. O fato que marcou esse período foi o assassinato de Anastácio Somoza em 1956. O ambiente interno do país voltou a uma relativa normalidade apenas em 1967, com a chegada ao poder de Anastácio Somoza Debayle. Legítimo representante da dinastia, “Tachito” como era conhecido, governou o país de forma ditatorial até 1979.

Em 1962, surgiu a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSNL). A organização serviu como um catalisador dos vários seguimentos da população descontentes com a situação no país. Entre os fundadores da FSNL figuravam operários, estudantes e camponeses. Sua estratégia foi organizar uma resistência em longo prazo com ações armadas no campo e na cidade, a chamada Guerra Popular Revolucionária. (ZIMMERMANN, 2004).

Claramente inspirada no modelo de “guerra de guerrilhas” que havia triunfado em Cuba, nessa fase, os principais líderes da FSNL foram Tomás Borges e Carlos Fonseca. A FSNL alcançou uma relativa organização, prova disso é que contava com dois jornais para divulgação de suas propostas e atividades. Além disso, estabeleceu áreas de treinamento para guerrilheiros. Conseguiu ainda articular seu braço no meio do movimento estudantil,

através da criação da Frente Estudantil Revolucionária (FER). Estabeleceu nas cidades uma rede de apoio com o estabelecimento dos Comitês Cívicos Populares (CCP).

Outra prática utilizada pelos sandinistas, para arrecadar fundos para sustentar o movimento, passou a ser os assaltos a bancos e empresas. A FSNL chegou a praticar seqüestros políticos, principalmente, de figuras de destaque do governo e grandes empresários. Os sandinistas conseguiram tomar um avião de passageiros e exigiram como resgate a libertação de inúmeros de seus militantes que estavam presos. Na mesma medida que cresciam a solidariedade interna e externa à luta dos guerrilheiros sandinistas, proporcionalmente, aumentava a brutalidade da repressão por parte da Guarda Nacional. (ZIMMERMANN, 2004).



O fortalecimento da repressão, no início da década de 1970, acabou despertando a indignação de outros setores da sociedade nicaragüense. Começaram a surgir manifestações de oposição aos Somoza que pregavam um movimento sem luta armada. Para esses setores a aproximação com os EUA era o caminho para livrar a Nicarágua da opressão. Seu representante mais destacado foi Pedro Joaquim Chamorro, diretor do jornal *La Prensa*. Outros seguimentos da sociedade como a Igreja Católica e os empresários, através da União Democrática de Libertação (UDEL), igualmente contrários aos conflitos armados, também começaram a se manifestar contra a situação.

Entretanto, *Tachito* Somoza não estava disposto a dialogar e tão pouco pensava em sair do poder. Prova disso foi que, em vez do dialogar, ele preferiu mandar assassinar o jornalista Chamorro, representante da oposição pacífica. Esse crime chocou todo o país, porém, não modificou em nada a atuação da Guarda Nacional, que continuou massacrando o conjunto da população da Nicarágua.

Os sandinistas continuaram sua luta com ações cada vez mais organizadas e ousadas. Como no episódio da invasão do Palácio Nacional, sede do governo, quando foram feitos reféns os 1500 funcionários que estavam no prédio. O saldo dessa operação, comandada pelo guerrilheiro Édén Pastore (conhecido como comandante Zero), foi à libertação de dezenas de militantes da FSNL que estavam nas prisões.

A resposta de *Tachito* Somoza foi, novamente, o endurecimento da repressão como a censura à imprensa e a proclamação do estado de sítio. Com o apoio financeiro dos EUA foram contratados mercenários norte-americanos para ajudar no combate aos guerrilheiros. Apesar da forte pressão internacional contra a dinastia dos Somoza, a política externa americana, seguindo a cartilha da “Doutrina Mann”, ainda prestava apoio a *Tachito*.

O panorama da Nicarágua passou por rápidas e profundas mudanças em 1979. Primeiro porque as investidas da FSNL passaram a provocar cada vez mais abalos nas forças da Guarda Nacional. A forma de ação dos sandinistas passou a conjugar manobras militares mais incisivas, como a tomada de cidades do interior do país, com a criação de Comitês de Defesa Civil nas maiores cidades. A opinião pública interna

estava cada vez mais receptiva aos militantes da FSLN. (ZIMMERMANN, 2004).

A situação de *Tachito* Somoza estava cada vez mais complicada, seu governo estava encurralado e isolado, tanto dentro quanto fora do país. Finalmente, em julho de 1979, os sandinistas conseguiram acumular forças suficientes para tomar a capital Manágua e, por fim, as décadas de opressão do povo nicaraguense. O ideal de Sandino acabou sendo vitorioso.

Após a fuga dos antigos governantes, foi criada uma Junta Provisória de Governo que começou a árdua tarefa de tentar recuperar a estrutura econômica e social da Nicarágua. A herança da dinastia Somoza foi um país arrasado com os cofres públicos completamente vazios e uma dívida externa gigantesca. Entretanto, a maior tarefa do novo governo era saldar a maior de todas as dívidas: a dívida social.

A partir dos primeiros anos da década de 1980 o governo da FSNL, tendo Daniel Ortega como presidente tentou desenvolver uma série de projetos nas áreas da saúde e educação no país. Nessa mesma época assumiu a presidência dos EUA o ex-ator Ronald Reagan. Esse presidente procurou retomar a política de contenção do comunismo na América Latina.

A “Doutrina Reagan” teve como finalidade apoiar todas as iniciativas que pretendiam atacar os governos identificados como aliados ou simpatizantes dos comunistas. As práticas comuns durante as décadas anteriores marcaram essa nova fase da Guerra Fria, haja vista que na América Latina países como Guatemala, El Salvador e a ilha de Granada sofreram as conseqüências da retomada do clima de “caça aos vermelhos”. (KARNAL, 2007).



Posse de Daniel Ortega

No caso da Nicarágua a intervenção ocorreu de forma indireta. Através da ação dos “Contras” – guerrilha anticomunista treinada e equipada pelos EUA. O governo da FSLN foi vítima de uma série de ações de sabotagem, ataques de esquadrões da morte e bloqueio de áreas do país. Os “Contras” e a pressão do governo Reagan contribuíram para a derrota da FSNL nas eleições presidenciais de 1990.

O desgaste do período em que estiveram no poder, principalmente, a campanha desenvolvida pelos “Contra” serviu para abalar as bases dos sandinistas. Depois de enfrentar vários problemas internos, a FSLN voltou a ocupar a presidência da república apenas em 2007.

A desintegração da URSS e o fim da Guerra Fria fizeram com que a América Latina voltasse ao segundo plano na visão geopolítica de Washington. A própria vitória nas urnas de Daniel Ortega indica que a política externa dos EUA, durante os últimos governos, tem dado pouca atenção as questões relativas a América Latina. Contudo, a recente inércia do governo Obama em relação ao golpe de Estado em Honduras indica que os norte-americanos continuam conhecendo muito pouco a realidade do continente.

Referências Bibliográficas

DUTRA, Elaine de Freitas. O ardil Totalitário: o imaginário político no Brasil nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

FAIRCLOGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Ed. UNB, 1994.

FICO, CARLOS. O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIRARDET, Roaul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.

ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaragüense. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Revoluções do Século XX).

